

Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas é um excelente livro para quem quer entender o extenso período em que Getúlio Vargas esteve à frente da Presidência da República, cujo autor, o americano Robert Levine, demonstra que é um profundo conhecedor da história do nosso país. Logo no primeiro capítulo do livro, “Introdução: Vargas, um enigma”, o autor faz um apanhado da trajetória política do gaúcho natural de São Borja e filho de estancieiros. Sua carreira contrasta com a imagem do homem de vida particular simples, caseiro, mas também calculista e que podia demonstrar sangue-frio.

Assim Levine apresenta Getúlio Vargas, como sendo um homem de personalidade “enigmática e inescrutável”, capaz de ocultar suas intenções até mesmo para aqueles que faziam parte do seu círculo mais íntimo, sendo, por outro lado, também capaz de ceder às pressões de seus opositores ou até mesmo “pedir a cabeça” dos colaboradores. De uma forma própria de fazer política, preferiu negociar com os constitucionalistas de 1932, bem como demitir seu poderoso chefe de polícia, manter relações cordiais com o então Presidente americano Roosevelt, enquanto enviava telegramas a Hitler e, por fim, numa atitude extrema, de cometer suicídio ao invés de submeter-se ao golpe militar iminente.

Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas é, acima de tudo, um convite para uma viagem pelo Brasil entre os anos 1930 a 1950. Um país marcado por profundas contradições, mais visíveis a partir da observação dos seguintes opostos: trabalhadores rurais/trabalhadores urbanos e população rural/população urbana. O livro é também um convite a uma reflexão sobre o alcance da Era Vargas nas décadas seguintes, bem como trazer a reflexão para o próprio título da obra, “pai dos pobres?”, em que sentido?

“No comando, 1883-1937” é o título do segundo capítulo. Levine apresenta um perfil biográfico de Getúlio Dornelles Vargas, nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1883, para destacar a forma pela qual ele chegou ao poder sob a bandeira da Aliança Liberal. Na campanha pela Aliança Liberal, apoiado pelos tenentes, Vargas recorreu a um ousado programa nacionalista e reformista, cuja plataforma advogava uma legislação trabalhista ampla, como também a de cuidar dos pobres, de instituir o voto secreto e do voto para as mulheres. Dessas propostas, mereceu atenção especial a questão trabalhista.

Um breve balanço das ações do governo provisório e do governo constitucional, revelavam as incertezas na atmosfera política nacional, levando Vargas a centralizar o poder, fechar o Congresso Nacional e assumir poderes ditatoriais, cujo governo foi exercido por meio de decretos até 1937. Para Levine, nesse período o Brasil pouco mudou. A legislação social e previdenciária custava a liberdade individual dos trabalhadores, que tinham que levar consigo as carteiras de trabalho, permitindo aos patrões e à polícia restringir a realização de greves, proibidas por lei a partir de 1935.

No campo dos movimentos sociais, o governo de Vargas enfrentou a Revolução Constitucionalista de 1932, talvez o momento mais crítico do seu governo; membros de organizações paramilitares inspiradas no nazi-fascismo europeu, a exemplo da Ação Integralista Brasileira (AIB), bateram-se nas ruas do Rio de Janeiro contra partidários da Aliança Nacional Libertadora (ANL), chefiada por Luís

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Roraima.

Carlos Prestes; a paranóica repressão ao comunismo no pós-1935 levou o país a viver sob estado de sítio até 1937.

O terceiro capítulo do livro, “O Estado Novo, 1937-45”, aborda a forma como Vargas orquestrou com maestria a ditadura do Estado Novo, contando para isto com o apoio do alto comando militar nas pessoas dos generais Góis Monteiro e Eurico Dutra e também com o auxílio de intelectuais como Francisco Campos, autor da Constituição de 1937, que a conferia todo poder ao chefe de estado brasileiro. Essa Carta, que proclamava o primado da pessoa do presidente, baseava-se na Carta del Lavoro italiana e na Carta fascista polonesa, sendo apelidada de “polaca” pelos oponentes do novo regime.

O Estado Novo (1937-1945) marca também o momento em que os agentes da polícia e do serviço de informações das forças armadas comandaram a prisão ou vigilância rigorosa de milhares de pessoas suspeitas como opositores do regime, na maioria esquerdistas. Nesse processo de fechamento do novo regime, Levine destaca o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Entre as atribuições desse importante órgão estavam a propaganda do governo, a censura a toda mídia pública, assim como a responsabilidade de promover o sentimento nacionalista mediante eventos públicos ou por meio do sistema escolar, com as reformas de Francisco Campos.

Vargas atingia seu público maior através do rádio, ao falar com frequência no programa chamado “A Hora do Brasil”, um compêndio de músicas, notícias, discursos, dicas sobre trabalho na lavoura, nutrição, educação das crianças, agricultura e qualquer outra informação que o DIP considerasse apropriada. Os discursos mais importantes eram reservados para os feriados. Sempre que Vargas se apresentava em público, filmava-se o acontecimento, para que a cena pudesse ser repetida por todo o país pelos cinejornais, nas sessões de cinemas.

Durante o Estado Novo, o progresso do país foi substancial em algumas áreas. A produção de energia elétrica cresceu, assim como a produção de cimento e a extração de minérios. Novas estradas estimularam a migração nordestina para as principais cidades do Centro-Sul, São Paulo e Rio de Janeiro principalmente. O DIP usava pôsteres e grandes cartazes para transmitir suas mensagens, e distribuía milhares de fotografias de Vargas, que eram então expostas nos domicílios, nos estabelecimentos e nas repartições públicas. Contudo, os pobres e as mulheres permaneceram aquém dos projetos governamentais.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial selou o destino do Estado Novo e levou Vargas a tomar atitudes no sentido de manter-se no poder. Desse modo, no início de 1945, ele fechou o DIP e marcou eleições para o dia 2 de dezembro. Sobre o patrocínio do governo, foram criados dois partidos nacionais: O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrata (PSD). Ambos indicaram Dutra, então ministro da Guerra, como candidato. A União Democrática Nacional (UDN) era o partido de oposição. No final daquele ano, Getúlio foi deposto por seu alto comando militar.

No quarto capítulo, “Populismo à Vargas, 1945-54”, Levine traça um rápido panorama do governo Dutra, que tomou posse em 31 de janeiro de 1946, em meio a temores de um golpe por parte de Góis Monteiro, comandante-em-chefe do Exército. Por outro lado, o autor destaca também a forma como Vargas, em São Borja, articulou seu retorno à Presidência, elegendo-se em outubro de 1950 com 48,7% do total de votos, nas maiores cidades industriais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Seu novo governo, ao lado do herdeiro político João Goulart, investiu muito em transporte e energia, mas a inflação e os preços altos, assim como a burocracia elevada e a corrupção em todos os níveis, corroíam grande parte dos ganhos dos assalariados urbanos. A agitação havia crescido entre os trabalhadores e a pressão dos industriais e investidores contra as políticas nacionalistas de Vargas também. O presidente dobrou o salário mínimo no início de 1954, no sentido de manter o apoio da classe trabalhadora. Ao final do mandato Vargas sinais de desgaste eram visíveis.

Robert Levine destaca no capítulo Final da Era Vargas para o fato ocorrido em 5 de agosto de 1954, que tratava de um plano de assassinato, tendo sua origem no espaço palaciano no Rio de Janeiro contra seu oponente, Carlos Lacerda, que, no entanto, falhou. No atentado, conhecido como o caso da rua Toneleros, o major da aeronáutica Rubens Vaz foi morto e Lacerda ficou ferido. Por todo o país irromperam demonstrações contra Vargas. Com o atentado e a oposição implacável de Lacerda, Vargas, que foi considerado culpado pelo crime, percebia que o cerco fechar-se cada vez mais em torno de si. Em 24 de agosto Vargas suicidou-se diante da iminência de um golpe militar.

O povo reagiu com violência ao ter conhecimento da morte de Vargas, mostrando o quanto ele era amado, apesar da inequívoca divisão das classes sociais ser mantida praticamente a mesma. No Rio, bandos enfurecidos promoveram saques e atearam fogo às estações das rádio Farrroupilha e Difusora, ambas hostis ao presidente. O país entrou em um estado de choque sem precedentes na história. Café Filho, o novo presidente, utilizando a tática varguista, ordenou a prisão de centenas de comunistas e trabalhadores militantes, temendo que os militares o impedissem de continuar no governo.

No quinto capítulo, Levine analisa “Os diferentes Getúlios”. Fora do Rio Grande do Sul, praticamente ninguém sabia nada sobre Getúlio Vargas quando de sua passagem pelo ministério de Washington Luís. O rádio (maior veículo de comunicação nacional) contribuiu para aumentar consideravelmente o contato do presidente com o seu público, a quem se dirigia todas as noites com um amigável “trabalhadores do Brasil”. Para o ministro do trabalho Marcondes Filho, apontado pelo autor como sendo o criador do termo “pai dos pobres”, Vargas era “o trabalhador número 1 do Brasil”.

A maneira como Vargas era visto pelos brasileiros dependia da posição que se ocupasse na sociedade. Assim, as elites o tinham como um de seus membros, e como ele era dono de terras e herdeiro de uma família poderosa e de renome, partilhava do ponto de vista de sua classe. Os homens de negócios e cafeicultores da São Paulo, que levantaram armas na insurreição contra seu governo em 1932, amoleceram quando ele lhes concedeu subsídios para os preços do café enquanto as exportações caíam.

Os direitistas nunca o perdoaram por flertar com os fascistas durante meados da década de 30 e, depois, de lhes ter virado as costas. Os esquerdistas o odiavam pelos laços com os industriais, pela aliança com o comando militar linha-dura e pela construção de uma máquina trabalhista que esmagou os antigos sindicatos anarquistas, só prometendo benefícios aos trabalhadores dispostos a abandonar a militância. A elite cultural brasileira permaneceu nitidamente dividida entre extrema direita e extrema esquerda durante o período Vargas. Os pobres, apesar de virtualmente esquecidos durante os dois mandatos, o amavam como a um generoso pai.

No último capítulo do livro, “A revolução incompleta de Vargas”, Levine faz uma conclusão da obra, apontando para o legado e o alcance da Era Vargas para o povo brasileiro. Segundo ele, Getúlio foi capaz de se adaptar às mudanças no panorama nacional e internacional, mas que, no fundo,

deixou inalterada grande parte do tecido da vida brasileira. A distribuição de renda permaneceu entre as mais injustas do mundo, mas Vargas não via essa situação como problema que necessitasse ser solucionado.

A legislação trabalhista de Vargas mantinha os trabalhadores sob formas de controle social - via sindicalismo pelego - desconhecidas das democracias industriais. Os patrões detestaram as reformas controladoras de Vargas. Todos os brasileiros sujeitos à legislação trabalhista do governo tinham de portar a carteira de trabalho. A carteira trazia o registro de todos os empregos de cada trabalhador, com a inclusão de faltas e demissões. Se a carteira de um trabalhador exibisse anotações prejudiciais, é possível, por exemplo, que nunca mais arranjasse outro emprego.

Os pobres das regiões urbanas e rurais constituíam cerca de metade da população brasileira durante todo o período de Vargas como chefe de Estado. Sem qualificação e incapazes de trabalhar senão como subalternos, eles desempenhavam apenas papéis marginais no Brasil novo. A educação no meio rural era atrasada, o salário mínimo não existia e a realidade econômica solapava as chances de ascensão. A maioria dos brasileiros da zona rural morava em cabanas de sapé, sem encanamento nem eletricidade. A taxa de mortalidade infantil estava entre as mais altas do mundo.

Embora Vargas não tenha propiciado uma mudança qualitativa às classes menos favorecidas, e a estrutura hierárquica arcaica da oligarquia brasileira tenha permanecido intacta, ele foi o primeiro político a elevar a dignidade do povo brasileiro. Quase desde sua primeira aparição pública, milhões desses homens e mulheres o reverenciavam como figura paterna. Para as pessoas do povo, Getúlio era acessível, todo-poderoso, alguém a quem deviam lealdade e que intercederia por elas, como o Padre Cícero, no Ceará, se disso se provassem ser merecedoras. Vargas, de fato, tornara-se pai dos pobres.

O desenvolvimento econômico promovido por Vargas fez com que o Brasil passasse de uma sociedade predominantemente agrária, com algumas indústrias leves, para uma sociedade industrial, em boa parte urbana, dotada de uma importante indústria pesada. As mudanças implementadas durante a longa Era Vargas, a maior parte delas entre 1950 e 1954, não foram substanciais o suficiente para ocasionar uma alteração estrutural significativa no índice global de produção industrial.

Ao concluir *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*, Robert Levine mostra de forma crítica a sua visão sobre o período de nossa história ainda visto por muitos como um mito. Retomando a interrogação no título, implica uma reflexão: pai dos pobres? em que sentido? Vargas foi um pai que tratou os filhos de maneira diferenciada, desconsiderando-os com indulgente e desprezando os de pele escura e os moradores do campo, privilegiando tão somente aqueles filhos “obedientes” dispostos a levar adiante seu projeto industrial e nacionalista. Contudo, para os filhos “ingênuos”, Getúlio sempre lembrou deles.

Referência Bibliográfica

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.